



ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA

**RELATÓRIO DE GESTÃO
E CONTAS
2011**



MRG GRUPO

I. INTRODUÇÃO	3
II. ESTRUTURA ACCIONISTA	3
III. ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTATUTÁRIOS	4
IV. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA NO EXERCÍCIO	5
V. PERSPECTIVAS FUTURAS	6
VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	7
VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
VIII. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
IX. RELATÓRIOS E PARECERES DOS AUDITORES E DO FISCAL ÚNICO	28

I. INTRODUÇÃO

Exmos. Senhores Accionistas:

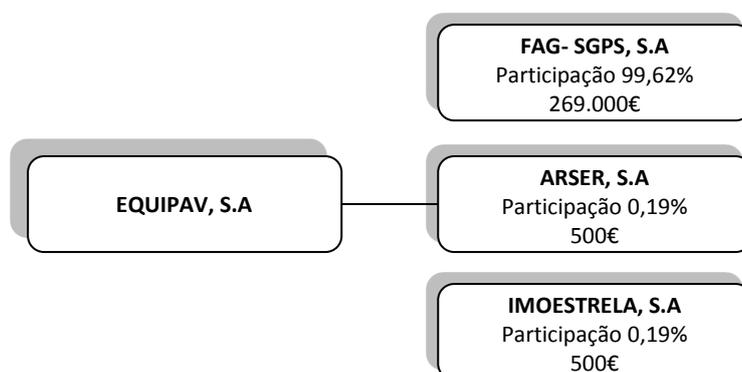
Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Funções e por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

A Equipav – Engenharia e Construção, SA, tem a sua actividade assente, fundamentalmente, na actividade a construção civil de obras públicas, aluguer de equipamentos industriais para a construção, bem assim como a sua gestão e engenharia.

O exercício de 2011 decorreu numa conjuntura extremamente difícil e desenvolveu-se em condições bastante adversas não só no que se refere à envolvente económica, como também ao enquadramento sectorial, quicá dos mais atingidos pela mesma.

Somos uma Empresa com efectiva importância em termos regionais, com perspectiva de nos tornarmos numa empresa de referência nacional, prosseguindo com o plano estratégico traçado pela Administração.

II. ESTRUTURA ACCIONISTA



III. ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTATUTÁRIOS

Conselho de Administração

Presidente – Eng^o Fernando Manuel Rodrigues Gouveia

Vogal – Dr. Rodolfo Oliveira Gouveia

Vogal – Eng^o António Oliveira Simões Alfaiate

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente – Dr. José Eduardo Loureiro da Silva

Secretário – Dr^a Gabriela Silva Martins de Almeida

Fiscal Único

LCA – Leal, Carreira & Associados, SROC

IV. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA NO EXERCÍCIO

PRODUÇÃO

O Ano de 2011 foi, para a Equipav – Engenharia e Construção, SA, um exercício onde foram introduzidas alterações substanciais no que diz respeito ao alargamento e diversificação do seu âmbito de actividade.

Para além da gestão de equipamentos e pequenos projectos de movimentação de terras e infra-estruturas, passou também a actuar no mercado das Obras de Públicas e Privadas de Construção e Engenharia.

Assentou este alargamento estratégico na rentabilização do know-how já adquirido, numa visão de aproximação a segmentos de mercado emergentes, na relação privilegiada com a MRG – Engenharia e Construção, SA e na credibilidade que ambas já conquistaram no mercado.

Com uma estrutura ágil e competitiva, e numa perspectiva de adaptação à nova realidade e à nova conjuntura do Sector da Construção em Portugal, a Equipav conseguiu ganhar o seu espaço no mercado local e regional.

Também numa perspectiva de apoio e controlo á Produção, foi desenvolvido e implementado um sistema adequado de reporting da informação relevante para a actividade mas, sobretudo, no sentido da antecipação de decisões de gestão.

Para 2012, e, apesar da conjuntura actual de redução do investimento público e privado, por via de restrições orçamentais, bem como do aumento da concorrência no nosso segmento de mercado, esperamos registar um crescimento do volume de actividade de construção.

COMERCIAL

A Equipav dispõe de um Sector de Estudos e Propostas ligado à Direcção Comercial, que assegura a elaboração e acompanhamento de propostas comerciais, fundamentadas no know-how do Sector da Produção e na procura das melhores soluções, que garantam a satisfação dos clientes e que permitam uma avaliação e decisão tempestivas das oportunidades de negócio que possam surgir.

V. PERSPECTIVAS FUTURAS

O enquadramento económico continuará a condicionar a evolução do sector da construção civil e obras públicas.

No caso da Equipav, cuja actividade principal se encontra orientada para as obras públicas de pequena/média dimensão de âmbito local e regional, as perspectivas de novas adjudicações estão directamente correlacionadas com o estado das finanças públicas das autarquias locais.

Prosseguindo o rumo traçado, continuarão a desenvolver-se esforços no sentido de ampliar a carteira de encomendas para obras a realizar em 2012 e 2013, para o que, a Reclassificação do Alvará já apresentado ao INCI - que se encontra sustentado em obra já executada e no cumprimento das condições exigidas para permanência nas Classes requeridas -, constitui condição indispensável ao crescimento sustentado do volume de negócios.

VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração nos termos legais e estatutários, propõe que o Resultado Líquido obtido no exercício, no montante de € 340.635,97 (trezentos e quarenta mil, seiscentos e trinta e cinco euros e noventa e sete cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados € 340.635,97

Seia, 29 de Março de 2012

Conselho de Administração

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia (Eng^o)

Rodolfo de Oliveira Gouveia (Dr)

António Oliveira Simões Alfaiate (Eng^o)

VII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Demonstração de Resultados

Balanço

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo às Demonstrações financeiras

VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Demonstração de Resultados**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	21	8,590,625.23	3,550,683.52
Subsídios à exploração	23	31,650.49	13,571.92
Variação nos inventários da produção			(124,500.00)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(632,511.95)	(31,137.85)
Fornecimentos e serviços externos		(7,638,410.69)	(2,726,789.05)
Gastos com o pessoal		(999,794.83)	(637,444.31)
Outros rendimentos e ganhos	21	869,670.49	166,877.03
Outros gastos e perdas		(1,694.01)	(10,471.15)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		219,534.73	200,790.11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(121,616.63)	(121,271.00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		97,918.10	79,519.11
Juros e gastos similares suportados	11	(18,321.27)	(2,196.48)
Resultado antes de impostos		79,596.83	77,322.63
Imposto sobre o rendimento do período	26	(16,178.31)	(16,030.73)
Resultado líquido do período		63,418.52	61,291.90

Técnico Oficial de Contas

TOC Nº 6300

João Carlos Marques

Conselho de Administração

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia (Engº)

Rodolfo de Oliveira Gouveia (Dr)

Pedro Tiago de Oliveira Gouveia (Dr)

Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2010	2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	518,391.37	470,543.00
Participações financeiras - outros métodos		39,500.00	32,000.00
		557,891.37	502,543.00
Activo corrente			
Clientes	28	1,762,110.98	596,129.20
Estado e outros entes públicos	26	956,636.15	368,282.57
Outras contas a receber	28	330,282.44	
Diferimentos		26,062.47	
Caixa e depósitos bancários	4	345,483.15	355,024.63
		3,420,575.19	1,319,436.40
Total do activo		3,978,466.56	1,821,979.40
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	30		
Capital realizado	28	270,000.00	270,000.00
Reservas legais		22,980.14	19,910.14
Resultados transitados		176,050.09	111,447.94
Resultado líquido do período		63,418.52	61,291.90
Total do capital próprio		532,448.75	462,649.98
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11;28	1,099,147.00	
		1,099,147.00	
Passivo corrente			
Fornecedores	28	1,795,045.17	429,278.57
Estado e outros entes públicos	26	47,753.09	31,774.29
Financiamentos obtidos	11;28	260,228.00	161,508.52
Outras contas a pagar	28	205,193.56	736,768.04
Diferimentos		38,650.99	
		2,346,870.81	1,359,329.42
Total do passivo		3,446,017.81	1,359,329.42
Total do capital próprio e do passivo		3,978,466.56	1,821,979.40

Relatório de Gestão e Contas

2011

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

TOC Nº 6300

João Carlos Marques

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia (Engº)

Rodolfo de Oliveira Gouveia (Dr)

Pedro Tiago de Oliveira Gouveia (Dr)

Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		7,424,643.45	3,833,491.10
Pagamentos a fornecedores		6,921,256.53	3,027,919.65
Pagamentos ao pessoal		988,174.54	633,959.54
Caixa gerada pelas operações		(484,787.62)	171,611.91
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		23,162.87	8,827.16
Outros recebimentos/pagamentos		(419,032.50)	536,717.22
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(926,982.99)	699,501.97
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>	8	254,603.70	499,691.92
<i>Activos intangíveis</i>	8		(208.45)
<i>Investimentos financeiros</i>		7,500.00	21,500.00
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(262,103.70)	(520,983.47)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	11	(1,197,866.48)	(161,508.52)
<i>Juros e gastos similares</i>	11	18,321.27	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1,179,545.21	161,508.52
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(9,541.48)	340,027.02
Caixa e seus equivalentes no início do período		355,024.63	14,997.61
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	345,483.15	355,024.63

Técnico Oficial de Contas

TOC Nº 6300

João Carlos Marques

Conselho de Administração

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia (Engº)

Rodolfo de Oliveira Gouveia (Dr)

Pedro Tiago de Oliveira Gouveia (Dr)

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Capital Realizado	Acções(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010 6	270.000,00				19.910,14		111.447,94				61.291,90	462.649,98		462.649,98
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							6.380,25					6.380,25		6.380,25
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					3.070,00		58.221,90				(61.291,90)			
7					3.070,00		64.602,15				(61.291,90)	6.380,25		6.380,25
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8											63.418,52	63.418,52		63.418,52
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8											2.126,62	69.798,77		69.798,77
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
10														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010 6+7+8+10	270.000,00				22.980,14		176.050,09				63.418,52	532.448,75		532.448,75

Relatório de Gestão e Contas

2011

DESCRIÇÃO	Capital Realizado	Acções(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009 1	5.000,00				19.380,14		365.418,82				10.559,12	400.358,08		400.358,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					530,00		10.019,12				(10.559,12)			
2					530,00		10.019,12				(10.559,12)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3											61.291,90	61.291,90		61.291,90
RESULTADO EXTENSIVO 4=2+3											50.732,78	61.291,90		61.291,90
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realização de Capital	265.000,00						(264.000,00)					1.000,00		1.000,00
5	265.000,00						(264.000,00)					1.000,00		1.000,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009 6=1+2+3+5	270.000,00				19.910,14		111.447,94				61.291,90	462.649,98		462.649,98



ANEXO
ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VIII. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Identificação da entidade

Dados de identificação

Designação da entidade: Equipav – Engenharia e Construção. S.A.

Sede social: Parque Industrial da Abrunheira Lote 9 e 10

Natureza da actividade: Actividades de engenharia e técnicas afins

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) foram adoptadas pela primeira vez para os períodos económicos encerrados a partir de 1 de Janeiro de 2010, pelo que de acordo com o estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro deve ser reconhecidos os efeitos reportados à data de transição para as NCRF.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes

pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória**Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados**

A transição dos PCGA anteriores para as NCRF não afectou a posição financeira da empresa.

Reconciliação do capital próprio e do resultado relatados segundo os PCGA anteriores com o capital próprio e o resultado segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores, conforme quadro seguinte:

Descrição	POC	Ajustamentos	Erros	SNC/NCM
Capital próprio	462,649.98			462,649.98
Resultados Transitados	111,447.94			111,447.94
Outros	111,447.94			111,447.94
Resultado líquido	61,291.90			61,291.90
Outros	61,291.90			61,291.90
Outras Rubricas	289,910.14			289,910.14
Outros	289,910.14			289,910.14

Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

Eventos subsequentes

Não existem eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional.

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro.

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão escriturados ao valor do custo de aquisição. A empresa não exerce influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais das empresas em que participa.

Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 15%, uma vez que se encontra integrada nas áreas beneficiadas para apoio à interioridade. Respeita os critérios para aplicação da redução da taxa, não tendo salários em atraso, nem dívidas em mora às finanças e à segurança social.

Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre as ajudas de custo e utilização de viatura própria.

Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica inclui depósitos à ordem em bancos.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores são registadas pelo seu valor nominal.

Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Subsídios

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos com estágios profissionais, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	355,024.63		9,541.48	345,483.15
Outros depósitos bancários				
Total	355,024.63		9,541.48	345,483.15

Partes relacionadas

Identificação das partes relacionadas

Entidades em que a empresa participa

A empresa participa minoritariamente nas seguintes empresas:
Mafreduca, S.A., Cister, S.A., Campiscinas, S.A., Gouveinova, S.A., Odivelas Viva, S.A., Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A., Pro-Vila

Verde, S.A., Oeiras Primus, S.A., Coa Camping, S.A., Armamar Viva, S.A., Paceteg, S.A., SPGM – Sociedade de investimentos, S.A.

Activos fixos tangíveis

Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Equipamento básico	Equipamento administrativo	TOTAL
Valor bruto no início	697,785	70	697,855
Depreciações acumuladas	227,242	70	227,312
Saldo no início do período	470,543		470,543
Variações do período	217,313		217,313
Total de aumentos	169,465		169,465
Aquisições em primeira mão	169,465		169,465
Total diminuições	121,617		121,617
Depreciações do período	121,617		121,617
Saldo no fim do período	518,391		518,391
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>867,250</i>	<i>70</i>	<i>867,320</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>348,858</i>	<i>70</i>	<i>348,929</i>

Outras divulgações

Os activos fixos tangíveis existentes na empresa estão escriturados pelo valor do custo menos a depreciação acumulada, optando pelo modelo do custo. A empresa optou pelo método da linha recta para escriturar as depreciações dos activos fixos existentes.

Os bens adquiridos no final de 2010 (Escavadora de rastos caterpillar/modelo 325DLME; Retroescavadora Caterpillar série BXE01277; Retroescavadora Caterpillar série BXE01249 e Compactador Caterpillar/modelo CS683E) apenas entraram em funcionamento em 2011. Não foi calculada depreciação sobre estes activos.

Custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Os financiamentos foram obtidos junto de três instituições financeiras: CGD, BBVA e Santander Totta.

Os custos dos empréstimos foram contabilizados como gastos do período. Nenhum dos empréstimos é directamente atribuível a um activo.

Contratos de construção

Contratos de construção em curso à data de balanço mensurados e reconhecidos pelo método da percentagem de acabamento

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento. A medida adoptada pela empresa consiste na relação entre os custos incorridos e o total de custos previstos.

Rédito

Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

Os réditos estão reconhecidos com referência à fase de acabamento das obras. A empresa estima com fiabilidade a fase de acabamento das suas obras, assim como os custos incorridos.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor
Prestação de serviços	8,590,625.23
Total	8,590,625.23

Subsídios do governo e apoios do governo

Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Os subsídios à exploração registados referem-se ao apoio à contratação de estagiários profissionais.

O subsídio recebido está reconhecido como rendimento do período.

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento		
Para activos fixos tangíveis		
Para activos intangíveis		
Para outras naturezas de activos		
Subsídios à exploração		
Valor dos reembolsos efectuados no período	31,650.49	31,650.49
De subsídios ao investimento		
De subsídios à exploração	31,650.49	31,650.49
Total	(31,650.49)	(31,650.49)

Impostos sobre o rendimento

Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor
Resultado antes de impostos do período	79,596.83
Imposto corrente	16,178.31
Imposto diferido	
Imposto sobre o rendimento do período	16,178.31
Tributações autónomas	2,870.53

Instrumentos financeiros

Categorias (naturezas) de activos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Activos financeiros:			3,394,512.72		
Clientes			1,762,110.98		
Outras contas a receber			1,286,918.59		
Outros activos financeiros			345,483.15		
Passivos financeiros:			3,407,366.82		
Fornecedores			1,795,045.17		
Financiamentos obtidos			1,359,375.00		
Outras contas a pagar			252,946.65		
Ganhos e perdas líquidos:			6,419.03		
De passivos financeiros			6,419.03		
Rendimentos e gastos de juros:					
De passivos financeiros			(18,321.27)		

Bases de mensuração utilizadas, para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas e na contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo.

Número de acções representativas do capital social, respectivas categorias e valor nominal.

O capital social da empresa subdivide-se em 270.000 acções com um valor nominal de 1€ cada.

Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação por actividade económica

Descrição	Actividade Principal	Actividade Secundária	Total
Vendas			
De mercadorias			
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos			
De activos biológicos			
Prestações de serviços		8,590,625	8,590,625
Compras		632,512	632,512
Fornecimentos e serviços externos		7,638,411	7,638,411
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		632,512	632,512
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo		632,512	632,512
Activos biológicos			
Variação nos inventários de produção			
Número médio de pessoas ao serviço			
Gastos com o pessoal		999,795	999,795
Remunerações		862,588	862,588
Outros gastos		137,207	137,207
Activos fixos tangíveis			
Valor líquido final		518,391	518,391
Total das aquisições		169,465	169,465
(das quais edifícios e outras construções)			
Adições no período de activos em curso			
Propriedades de investimento			
Valor líquido final			
Total das aquisições			
(das quais edifícios e outras construções)			
Adições no período de activos em curso			

Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	8,590,625.23			8,590,625.23
Compras	587,680.45	44,831.50		632,511.95
Fornecimentos e serviços externos	7,638,410.69			7,638,410.69
Aquisições de activos fixos tangíveis	169,465.00			169,465.00
Rendimentos suplementares:	207,790.73			207,790.73
Aluguer de equipamento	25,894.19			25,894.19
Estudos projectos e assistência tecnológica	126,532.89			126,532.89
Outros rendimentos suplementares	55,363.65			55,363.65

Decomposição e movimento dos itens de capital próprio

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	270,000.00			270,000.00
Reservas legais	19,910.14		3,070.00	22,980.14
Resultados transitados	111,447.94		64,602.15	176,050.09
Total	401,358.08		67,672.15	469,030.23

Outras divulgações exigidas por diplomas legaisImpostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.



IX. RELATÓRIOS E PARECERES DOS AUDITORES E DO FISCAL ÚNICO



Sócios:
José Carreira
Sousa Leal
Sá Pereira
Paulo Braz
SROC n.º 65



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de *EQUIPAV – Engenharia e Construção, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011, que evidencia um total de 7.164.658,57 euros e um total de capital próprio de 873.084,72 euros, incluindo um resultado líquido de 340.635,97 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Sócios:
José Carreira
Sousa Leal
Sá Pereira
Paulo Braz
SROC n.º 65



Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de *EQUIPAV – Engenharia e Construção, S.A.*, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Leiria, 30 de março de 2012

LCA, SROC
Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C. n.º 614



Sócios:
José Carreira
Sousa Leal
Sá Pereira
Paulo Braz
SROC n.º 65



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Introdução

Nos termos das normas legais em vigor, apresentamos o nosso relatório anual sobre a atividade de fiscalização desenvolvida na sociedade **EQUIPAV – Engenharia e Construção, S.A.**, durante o exercício de 2011, e dar parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação dos resultados, apresentados pelo Conselho de Administração.

Relatório

No exercício das nossas funções seguimos o evoluir da atividade da empresa, e procedemos à verificação do registo das suas transações, à análise dos documentos de suporte, à leitura de atas e outros documentos e restantes procedimentos que considerámos adequados face às normas relativas à fiscalização das sociedades comerciais e revisão legal das suas contas. A nossa conclusão é a de que não existem situações que pela sua materialidade e relevância possam pôr em causa o conteúdo das demonstrações financeiras, pelo que, emitimos a certificação legal das contas na modalidade sem reservas.

Analísamos também o relatório de gestão e a proposta de aplicação dos resultados os quais satisfazem os requisitos legais e estatutários, sendo o referido relatório consistente com as demonstrações financeiras apresentadas.

Parecer

Como corolário do anteriormente exposto, somos de parecer que o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação dos resultados reúnem as condições para a sua aprovação.

Concluimos com o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e aos outros responsáveis da empresa com quem contactámos pela disponibilidade manifestada e pelas informações e esclarecimentos prestados.

Leiria, 30 de março de 2012

LCA SROC

Representada por 
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C. n.º 614

LCA – Leal, Carreira & Associados SROC

Leiria: R. Capitão Mouzinho de Albuquerque, 56-2.º – Porta C – Apartado 2913 – 2401-902 Leiria – Portugal
NIF 502 237 953 – Tel. 244 816 090 – Fax 244 816099 – E-mail: geral@lca-sroc.pt
Coimbra: Rua Augusto Marques Bom, 21 – 3030-218 Coimbra – Tel. 239 708 650 – Fax 239 708 659 – E-mail: coimbra@lca-sroc.pt

1/1